

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE RURAL DE PIABAS EM CRUZ DAS ALMAS/BA¹

Verena Maria de Oliveira Cruz²

Resumo

O formato de concessão do microcrédito para o desenvolvimento local é bastante discutido atualmente, a injeção de recursos externos para a promoção do desenvolvimento de atividades econômicas que incentivem o empreendedorismo, é bastante questionada por também promover o individualismo e estimular a competição. As experiências de redes de fomento a economia solidária, ganha destaque por desenvolverem, entre outros fatores, atividades que integram pessoas com objetivos em comum. O objetivo desse trabalho é discutir sobre o Programa Agroamigo dentro de uma estrutura pensada como alternativa ao desemprego. No desenvolvimento, acompanha as abordagens sobre a ineficiência do Agroamigo na promoção do desenvolvimento local, mostrando a experiência do Programa na comunidade rural de Piabas em Cruz das Almas/BA, considerando também as ações desenvolvidas na comunidade e apresentando as redes como alternativas para se chegar ao desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Microcrédito Rural. Programa Agroamigo.

1 Introdução

A distribuição de riquezas e visão de lucros que propõe o capitalismo, trás a pobreza como principal consequência, pela concentração de renda e desigualdade social, já o desenvolvimento local trás a idéia do protagonismo local como dominante. O presente trabalho discute sobre a contribuição do Programa Agroamigo para o desenvolvimento local. O Agroamigo é um programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, idealizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que visa

financiar atividades no meio rural. É parte de uma política pública, pensada como alternativa ao desemprego, na geração de trabalho e renda e formação de novos negócios.

A metodologia utilizada para levantamento dos dados foi a realização de entrevista com 10 famílias moradoras da comunidade de Piabas. Para a escolha das famílias, foram considerados os titulares, homens e mulheres entre jovens e adultos. Foram realizadas conversas informais, com alguns responsáveis pelo desenvolvimento do Programa no município, funcionários do Banco do Nordeste da agência de Santo Antônio de Jesus e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário, levantando os dados socioeconômicos das famílias que tiveram acesso ao Agroamigo, realizando um resgate das ações realizadas pelos grupos existentes na comunidade. O trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido, “teoricamente”, nesse semestre, mas a atuação como assessora de microcrédito rural do BNB possibilitou realizar visitas e entrevistas anteriormente, no período de outubro de 2008 a fevereiro de 2011, o que permitiu desenvolver ao longo do último ano a análise da experiência ao trabalho e contribuiu também para vivenciar a prática das temáticas da gestão de redes sócio-organizacionais, sustentabilidade ambiental e metodologias para o desenvolvimento comunitário.

A seguir, é apresentado o processo histórico do microcrédito até a implantação do Programa e críticas sobre a estrutura a qual se propõe como contribuição para o desenvolvimento local, mas, principalmente trás considerações sobre os limites desse objetivo. Essa discussão é relevante para pessoas que estão trabalhando com cooperativas de crédito, bancos comunitários, que oferecem o microcrédito como produto a seus associados. Tal temática está sendo bastante discutida atualmente e ganha força por se tratar de uma política pública muito recente, que representa uma forte mudança no formato de governança, além do acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros, que tem sido tema de destacada importância nos meios acadêmicos e no debate sobre políticas públicas.

O artigo apresenta uma abordagem sobre a metodologia de aplicação do microcrédito rural apresentando como caso ilustrativo a atuação do Agroamigo na comunidade de Piabas, zona rural de Cruz das Almas/BA, que se destaca pela organização comunitária,

ação de grupos comunitários e preocupação com o meio ambiente. Destacar as demandas sócio-organizacionais da comunidade, em busca de suprir as alternativas ao desemprego e convivência com o meio, buscando o desenvolvimento local, trazendo como alternativa, ao comportamento dessas experiências, as redes, cooperativas e fortalecimento do associativismo.

O texto discute ainda sobre os caminhos para a promoção do desenvolvimento local, via redes solidárias, num modelo que atenda aos anseios da comunidade e busque uma economia alternativa à dinâmica do capitalismo. Para França Filho (2008) a concepção sustentável-solidária foca na estrutura organizacional, busca reorganizar as economias locais, com base na rede enquanto estratégia de cooperação para a promoção do desenvolvimento local.

2 Os caminhos para a promoção do desenvolvimento local

No início dos anos 1990, as experiências de desenvolvimento local ganham maior destaque no Brasil, isso devido às reformas estruturais das políticas públicas, que, por sua vez, foram estimuladas por diversos fatores sociais, como aponta Coelho (2000):

(i) o impacto do processo de reestruturação produtiva sobre os mercados de trabalho locais, exigindo políticas de geração de emprego e renda no âmbito municipal; (ii) os estímulos ao marketing e ao desenvolvimento de novos fatores de atratividade dos municípios, principalmente a partir de um certo esgotamento da guerra fiscal; (iii) e, por fim, a própria dinâmica interna do processo de descentralização e municipalização de serviços públicos que ocorre no país a partir da Constituição de 1988, que reafirmou e reforçou o papel dos municípios como agente promotor do desenvolvimento urbano, priorizando, a partir dos planos diretores, a intervenção urbanística e reguladora do uso do solo. (COELHO, 2000, p. 8).

Atualmente, discute-se a idéia de desenvolvimento econômico, pensado no âmbito local, como um processo de articulação social que visa à inserção de todos os segmentos sociais em novas dinâmicas econômicas, políticas e culturais. A formação de redes sociais com o objetivo de conectar as pessoas é um importante passo para o desenvolvimento, porém, é necessário abandonar a idéia de que é possível conscientizar ou “levar consciência” às comunidades (COELHO, 2000).

Para fins de seleção das experiências, procuramos diferenciar ações locais e programas setoriais daquelas experiências a serem identificadas com visão mais integrada e sustentável de desenvolvimento local. Neste sentido, podemos definir algumas características básicas que configuram um processo de desenvolvimento econômico, a saber: a inserção de todos os segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e político-culturais; a geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; a harmonização e regulação das relações comunidade e empresa em seu contexto sócio-ambiental; a construção da sustentabilidade econômica das atividades locais; o desenvolvimento de um ambiente inovador e gerador de oportunidades. (COELHO, 2000, p. 9).

Ainda segundo esse autor, as primeiras experiências de desenvolvimento econômico local aparecem com o surgimento de novas modalidades de financiamento e apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e experiências de produção comunitária, ou seja, é um processo que caracteriza as mudanças nos padrões culturais dos grupos envolvidos, presença de instituições flexíveis de financiamento e capacitação, vontade política de alguns governos, integração entre os agentes públicos e privados, e inovações nas formas de gestão e organização dos empreendimentos.

Comentando as alternativas e os caminhos traçados para promover o desenvolvimento, preocupação que se tornou constante nos últimos anos em decorrência da própria dinâmica do capitalismo, França Filho (2008) afirma que há, pelo menos, dois caminhos muito diferentes de combate ao desemprego ou promoção do desenvolvimento local, que ele chama de “via insercional-competitiva” e “via sustentável-solidária”. A concepção insercional-competitiva se apóia na idéia da inserção no sistema econômico, que nada mais é do que inserir a população desempregada na economia formal por meio das empresas privadas e das instituições públicas (via concurso público). Essa concepção insercional-competitiva se renova ao se confrontar com os limites da economia de mercado, quando, segundo o autor, aparecem as alternativas de geração de trabalho e renda associados aos microcréditos e o fomento ao empreendedorismo.

Por outro lado, para França Filho (2008), a concepção sustentável-solidária parte da idéia que o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento local não podem ser baseadas na capacidade empreendedora individual, mas sim no enfrentamento coletivo. A concepção sustentável-solidária, “[...] passa pela idéia de reorganização das chamadas

economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223).

Coelho (2000) afirma que as experiências de desenvolvimento local vêm trabalhando com metodologias de planejamento estratégico, porém, nem sempre é incorporada uma visão processual que integre lugares e fluxos de acumulação de processos sociais.

“Ao lado das experiências de desenvolvimento local, têm ocorrido, nos últimos anos, uma renovação e uma intensificação de ações econômicas alternativas, orientadas para introdução relações de cooperação e solidariedade no cenário de intensa fragmentação social e territorial” (COELHO, 2000, p. 64).

Nesse sentido, nos últimos dois anos uma política pública que vem ganhando destaque é o Programa de Territórios de Cidadania, que visa promover regiões de baixo dinamismo econômico, especialmente no meio rural, visando à superação da pobreza com ações voltadas para apoiar atividades produtivas, infra-estrutura, cidadania e desenvolvimento social.

O desenvolvimento econômico local é compreendido por Coelho (2000) como uma condição produtiva inovadora, onde se pode desenvolver e consolidar ações de cooperação, gerando trabalho e renda, com a formação de novos negócios e interação das cadeias e das redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie os ensejos locais, oportunizando as condições para um desenvolvimento humano sustentável.

França Filho (2008) considera que a via sustentável-solidária do desenvolvimento “[...] requer um foco de visão territorial com ênfase na reorganização das economias locais, a partir da centralidade do conceito de rede de economia solidária” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 228).

Para Mance (1998) o principal objetivo das redes solidárias é a geração de trabalho e renda, para as pessoas que estão fora do mercado formal, além disso, é importante

melhorar o padrão de consumo de todos que dela participam, protegendo o meio ambiente, a fim de construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a degradação do equilíbrio ecológico.

Contudo, para alcançar essas práticas, as “raízes” da economia solidária devem estar sólidas a nível local. Isso é permitido a partir do fortalecimento da economia local, que significa dizer, sem injeções de recursos externos. Que pode ser alcançado através do estímulo do microcrédito acompanhado da educação para o crédito.

3 Microcrédito Rural, PRONAF e o Programa Agroamigo

O termo microcrédito possui diferentes definições. Segundo Parente (2002), o conceito não se restringe apenas a valores, mas traz um regate de um conjunto de atributos sobre como o crédito é concedido e restituído, a finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador. Segundo Barone e outros (2002 *apud* PASSOS, 2007, p. 39), microcrédito é:

[...] a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

Para Muhammad Yunus (2001), o microcrédito é uma forma de combater à pobreza e exclusão social. O Grameen Bank é considerado sucesso em termos de recebimento dos empréstimos concedidos, e também pela melhoria das condições de vida de seus beneficiados. A entidade mantém desde a fundação, atividades com perfil de empresa privada lucrativa, as margens de lucratividades são significativas, durante todos os anos de operação, apenas não aparecem em seu ano de fundação e 1991 e 1992. O Grameen Bank serviu de inspiração para várias experiências e políticas públicas de microcrédito em países menos desenvolvidos, tal experiência lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006.

No Brasil, percebem-se algumas iniciativas de microcrédito nos anos 1970, porém, essa atividade ganha destaque em meados da década de 1990, através de governos que

buscam favorecer o desenvolvimento de políticas locais. Segundo França Filho (2008), o impacto da experiência realizada por Yunus impulsionou os grandes bancos privados a entrarem no campo do microcrédito, porém, essas práticas são realizadas numa metodologia tradicional, que não fortalece a dimensão comunitária identificada na experiência do *Grameen Bank*.

Segundo França Filho (2008), inicialmente, o microcrédito é visto como “[...] forma de democratização do crédito para os excluídos do sistema financeiro e depois é acrescido da preocupação em ser ‘orientado’, ou seja, acompanhado de assistência técnica” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 222).

O debate sobre desenvolvimento local indicou a necessidade de discutir linhas de microcrédito voltadas para públicos específicos, como o microcrédito rural. No ano de 2009, foi divulgado pelo IBGE o Censo Agropecuário, que, pela primeira vez, mediu o desempenho específico da agricultura familiar. Os resultados mostram que a agricultura familiar é o setor mais produtivo, o que gera mais emprego e que coloca alimentos mais saudáveis na mesa da população.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1996, atendendo a uma antiga reivindicação das organizações dos agricultores e agricultoras familiares que demandavam uma política pública de desenvolvimento rural, cujas formas de financiamento variam de acordo com o limite financiando e a taxa de juros concedida, as linhas de crédito: custeio, investimento, agroindústria, agroecologia, eco floresta, semi-árido, mulher, jovem, custeio e agroindústria familiares, cota-parte, rural e mais alimentos, buscam atender as especificidades do público, as quais são dirigidas. Apesar de ser o maior segmento da agricultura brasileira, é também o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Assim,

[...] a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada como pequenos produtores, produtores familiares,

produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (MATTEI, 2001 *apud* MATTEI, 2005, p. 12).

Segundo Mattei (2005), o PRONAF foi criado com o objetivo de fortalecer a capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania, atendendo aqueles que integram o regime da agricultura familiar. Passados mais de dez anos de implantação, o PRONAF tem seus objetivos alcançados, a cada ano e constantes mudanças vêm sendo adotadas, a fim de atender as demandas colocadas pela sociedade civil organizada e pelos agentes que participam ativamente de sua realização.

As últimas mudanças ocorridas no PRONAF podem ser acompanhadas através do Plano Safra 2010/2011, que disponibiliza para a agricultura familiar R\$ 16 Bilhões de reais para as linhas de custeio, investimento e comercialização do PRONAF. Para os bancos que operam com as linhas do PRONAF, os agricultores familiares tornam-se clientes preferenciais. Foram mais de dois milhões de contratos por ano, o aumento no volume de crédito vem acompanhado de políticas de regularização fundiária, assistência técnica, seguro agrícola e afirmação de direito das populações rurais (MDA, 2010).

A linha de investimento do PRONAF apresentada neste trabalho é o “PRONAF B”, que assiste aos agricultores familiares que atende aos critérios de enquadramento que serão identificados na Declaração de Aptidão - DAP ao PRONAF, o Programa Agroamigo foi idealizado pelo BNB em parceria com o MDA na substituição do “PRONAF B” enquanto operacionalizado pelo banco, o Agroamigo realiza a concessão de financiamento para área rural, adotando metodologia própria de atendimento, cuja premissa consiste no crédito orientado e acompanhado, tal metodologia foi criada com o intuito de minimizar os erros ocorridos no antigo “PRONAF B”. O Agroamigo tem por base a forte atuação e presença local do assessor de microcrédito e sua capacidade de avaliação do cliente, considerando intenções e potencialidades que resultam nas propostas de crédito. As propostas são aceitas mediante as normas que gerem o PRONAF, é um programa de microcrédito rural produtivo e orientado pioneiro no Brasil, que teve início em 2005 e em 2010 recebeu o segundo lugar do prêmio ENAP – Escola Nacional de Administração Pública de práticas inovadoras na gestão pública federal. O Agroamigo se propõe melhorar o perfil econômico e social do agricultor

familiar do Grupo B localizados na área de atuação do BNB que é a região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, a metodologia de microcrédito rural, foi baseada naquela adotada pelo Programa Crediamigo, linha de microcrédito urbano já operacionalizado pelo Banco do Nordeste que conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania, uma Organização não Governamental na forma de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que atua na mesma área geográfica do BNB e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (BNB, 2011, Agroamigo).

O Agroamigo destina-se a atender agricultores e agricultoras familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que tenham renda anual de até R\$ 6.000,00/ano, classificados, assim, como “Grupo B”. O Agroamigo oferece bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento, além de ser ofertado com taxa de juros de 0,5% ao ano e ter prazo de reembolso de até dois anos para cada financiamento.

4 A comunidade de Piabas

Os dados foram obtidos, principalmente, através de observação direta durante o trabalho como assessora de microcrédito rural do BNB na comunidade de Piabas, no período de outubro de 2008 a março de 2011. Nesse período, acompanhou-se reuniões com o grupo de jovens e a implantação da biblioteca comunitária. Além disso, foram realizadas entrevistas com 10 representantes de famílias que acessaram o microcrédito, através do Programa Agroamigo, no período de outubro de 2008 a fevereiro de 2011. Também foram realizadas conversas informais, com alguns responsáveis pelo desenvolvimento do Programa no município, funcionários do BNB e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA.

A atuação na comunidade como assessora de microcrédito do Programa no período de outubro de 2008 a março de 2011 permitiu o acesso à maior parte das informações utilizadas na descrição a seguir. As entrevistas realizadas na comunidade de Piabas em maio de 2010 tiveram dois objetivos: identificar as principais ações de mobilização

comunitária com vistas ao seu desenvolvimento e conhecer a opinião dos moradores sobre o Agroamigo. Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro, que abordava os pontos positivos e negativos da metodologia do Agroamigo e a satisfação geral com o Programa e a atuação dos grupos comunitários.³

A comunidade de Piabas está localizada na zona rural do município de Cruz das Almas que, apesar de pertencer à região do Recôncavo da Bahia, apresenta fortes características de região semi-árida, com baixa umidade e pouco volume pluviométrico. Segundo Censo 2010, o município possui população de 58.606, ocupando uma área territorial de 145, 747 Km². As atividades de lavouras que predominam são: laranja, limão, tangerina, banana, mamão, amendoim, batata doce, feijão, fumo, milho e fortemente a mandioca. A incidência de pobreza do município é de 39,59 %.

A comunidade de Piabas é caracterizada pela mobilização comunitária e articulação com parceiros externos. É possível perceber na atuação dos grupos organizados da comunidade - associação, grupo de jovens e grupo de mulheres - princípios como autogestão, democracia, transparência e cidadania.

O primeiro grupo organizado na comunidade é a Associação Comunitária de Piabas. As principais ações desenvolvidas são voltadas para o desenvolvimento de técnicas agrícolas, além de buscar solucionar problemas comunitários estruturais. Uma iniciativa da Associação é a criação de uma biblioteca comunitária, desenvolvida conjuntamente com o grupo de jovens e de mulheres. O grupo de jovens, por sua vez, desenvolve ações mais voltadas para a dimensão cultural, como gincanas, jogos, bingos e outras. Cerca de cem jovens da comunidade receberam formação técnica voltada para a cidadania, meio ambiente, agroecologia, saúde e outras temáticas através de parceria com a EBDA, que desenvolve as atividades com metodologia participativa como o objetivo de estimular a permanência dos jovens na comunidade. O grupo de mulheres foi criado com o intuito de discutir individualmente sobre a realização de atividades outras atividades não agrícolas, como artesanato por exemplo. O grupo encontra-se em fase inicial de formação, e não se tem informações sobre quais produtos irão ser confeccionados, quantas mulheres irão compor o grupo e outros.

A Associação Comunitária de Piabas foi criada em 1996, a partir da demanda dos produtores locais, que se organizaram, sob a liderança do Sr. Roque da Silva, para resolver problemas comuns, visando o desenvolvimento comunitário. Os problemas enfrentados eram ligados à produção rural, como: ausência de assistência técnica, dificuldades de comercialização dos produtos, falta de alternativas para os períodos de estiagem, dentre outros.

A comunidade sofre forte influência climática da seca, enfrentando problemas de ausência de alimento para os animais e baixos níveis de água até mesmo para o consumo dos moradores. Como a maioria das associações, sua estrutura organizacional é composta pela direção, tesouraria e fiscalização, sendo as assembleias o principal espaço de tomada de decisão. Todos os membros que compõem a organização realizam trabalho voluntário.

A Associação tem parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, Banco do Nordeste e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Através dessas parcerias, a comunidade vem conseguindo atingir alguns objetivos, como capacitação dos jovens rurais com atividades voltadas para a educação ambiental, reciclagem, técnicas de novas tecnologias agrícolas sustentáveis, além da organização da biblioteca comunitária.

Com esses trabalhos realizados, a comunidade vem ganhando destaque no município e serve de inspiração para outras comunidades. A Associação tem apoiado o grupo de jovens, que recebe capacitações, através de parceria com a EBDA, sobre temas voltados para a agricultura, como apicultura, administração rural, agroecologia, dentre outros, fortalecendo atividades já desenvolvidas por eles e seus familiares. Segundo Solange Buri Sardinha (informação oral)⁴, a formação técnica e cidadã para jovens rurais dura seis meses, mas os mesmos estão sempre promovendo outras demandas e realizando eventos, promovendo a troca de conhecimentos entre os jovens e os técnicos da EBDA, abordando temas como manejo do solo, meio ambiente, cidadania, dentre outros temas pertinentes ao contexto de vida dos jovens da comunidade.

Os jovens entrevistados revelam que eles buscavam nas atividades de capacitação alternativas de geração de emprego e renda, seja na produção agropecuária ou outras atividades como o artesanato, mas que o importante era viver bem na comunidade, melhorando a produção, minimizando problemas como pragas e doenças, comercializando os produtos e principalmente ter acesso ao PRONAF Jovem.

O Pronaf Jovem é uma linha de crédito do PRONAF especial de investimento relacionado com projetos específicos de interesse dos jovens, com idade entre 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional. Devem ser filhos (as) de agricultores familiares enquadrados nos Grupos “C”, “D” e “E” do PRONAF, que apresentem projeto técnico ou proposta contemplando as atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. O PRONAF Jovem tem condições diferenciadas: juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos, cinco anos de carência e teto máximo de R\$ 6.000,00, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar. Os jovens entendem que precisam de uma renda independente dos pais, e que o Pronaf Jovem é uma alternativa para que eles possam realizar atividades que lhes gerem renda, pois são impedidos de terem acesso ao programa convencional de microcrédito rural.

Durante o processo de formação sobre o meio ambiente com a EBDA, os jovens aprenderam que o lixo poderia ser prejudicial para a lavoura, mas, também possíveis soluções como técnicas de manipulação do lixo doméstico, utilização de sobra de comida, de ração e dejetos de animais como adubo e educação ambiental, visando o fim dos depósitos de lixo descobertos e lixo espalhados na comunidade.

O grupo passou a se chamar Jovens de Olho no Futuro. Segundo Angelita da Conceição Silva (informação oral⁵), atual coordenadora do Grupo, a ação de maior impacto, realizada até então é a Caminhada Ecológica, realizada anualmente, que tem como objetivo conscientizar as famílias sobre o descarte do lixo na comunidade. Essa

iniciativa foi motivada pelo fato de não existir uma coleta de lixo realizada pelo órgão público responsável.

Durante a Caminhada Ecológica, foram entregues sacos para lixo nas residências, com orientação para a separação do lixo seletivamente. Os jovens combinam com a comunidade uma data e pontos estratégicos para o recolhimento do lixo e solicitam à Prefeitura, através da Associação, para proceder ao recolhimento deste lixo, que fica armazenado na sede da Associação. Em relação a essa ação, os jovens enfrentam o desafio de criar uma rotina de recolhimento do lixo; como a atividade econômica principal das famílias é agrícola, eles devem dedicar seu tempo para realização das mesmas no período adequado. A caminhada visou também mobilizar outros jovens para o engajamento no projeto.

Outra ação realizada pelo grupo é a gincana, também de caráter ecológico, onde desenvolvem jogos e brincadeiras voltadas para a conscientização ambiental e tratos culturais. Essas ações de caráter ambiental têm apresentado importantes resultados. Em relação ao meio ambiente, é possível perceber que locais em que as pessoas jogavam lixo e animais mortos foram extintos; além disso, houve diminuição das queimadas. Por outro lado, percebe-se que a partir da organização e realização dessas ações comunitárias, as pessoas participam mais ativamente nas discussões da comunidade.

O Grupo de Jovens de Olho no Futuro atualmente conta com a participação de cem jovens da comunidade, cujos pais encontram-se engajados na associação e/ou no grupo de mulheres. A comunicação e a integração dos três grupos se dão por meio de um encontro mensal - no primeiro sábado de cada mês -, onde as coordenações dos grupos se reúnem para avaliar as ações desenvolvidas e traçar metas para as próximas ações, evitando-se desta forma que as ações de cada grupo aconteçam de forma desarticulada.

4.1 A atuação do Programa Agroamigo

Pretende-se nessa sessão apresentar a atuação do Programa Agroamigo na comunidade Rural de Piabas, Cruz das Almas/BA, como forma de analisar a contribuição deste programa de microcrédito no desenvolvimento local.

A metodologia do Agroamigo foi implantada na comunidade de Piabas em 2008, quase três anos após a sua criação. Para terem acesso ao Agroamigo, os agricultores familiares devem estar enquadrados nas normas que segue o PRONAF. Além disso, é preciso estar em contato com o assessor (a) de microcrédito rural, que trabalha diretamente na comunidade. Sua atuação deve ser próxima às famílias objetivando conceder um crédito orientado e acompanhado e, principalmente, construir a proposta junto a cada família. A orientação é feita através de uma palestra informativa onde os agricultores (as) têm a oportunidade de tirar as dúvidas em relação ao normativo. Deve-se considerar que não cabe a esse espaço sugestões para mudanças da mesma, mas somente esclarecimentos sobre suas condições.

Depois de obter a orientação, os clientes interessados no microcrédito encaminham os documentos ao BNB para avaliação, cadastro e concessão do crédito. Após o recebimento do crédito, as famílias continuam sendo acompanhadas pelo assessor (a) de microcrédito.

A inadimplência do crédito é acompanhada pelo Programa e por membros da comunidade, os quais, desde o início do processo de concessão, estabelecem um acordo, numa iniciativa de aval solidário. Os membros da comunidade são responsáveis por acompanhar o desenvolvimento das atividades dos demais, no sentido de realizar atividades de educação para o crédito. Um dos entrevistados⁶ relatou que no período em que o “PRONAF B” era operacionalizado pelas empresas de assistência técnica rural, os números que representavam a inadimplência eram altíssimos, inviabilizando a realização do mesmo. A alta inadimplência devia-se à falta de orientação sobre o programa, à distância entre o agente de crédito e o cliente, desvio de finalidades, óbito, falta de assistência técnica e outros. Na comunidade de Piabas, algumas famílias não poderiam acessar o microcrédito devido à inadimplência, pois o BNB adotou como

estratégia, para impedir que o índice de inadimplência aumentasse não conceder crédito para as famílias que não tinha nenhum histórico de crédito na instituição.

O fato de o Programa Agroamigo oferecer uma metodologia orientada e acompanhada, diferenciando do conhecido “Pronafinho” ou “PRONAF B”, segundo as famílias entrevistadas que tiveram acesso ao crédito pela primeira vez, é um fator positivo do Programa, possibilitando o crédito a famílias que não tinham tido acesso até então. A inadimplência do Programa Agroamigo na comunidade de Piabas não ultrapassou, até os dias atuais, a margem de 0,5%⁷, enquanto que no PRONAF esse número já ultrapassou a margem estipulada pelo Governo Federal que é 10%, enquanto que no Programa Agroamigo é de 2%.

Para as famílias entrevistadas, o fato de a comunidade receber a freqüentemente visita do assessor (a) de crédito para acompanhamento das atividades inibe aqueles que têm a intenção de usar o crédito para outros fins, embora não seja um impedimento. A visita do assessor também favorece o agricultor, pois possibilita a renegociação do pagamento, formalizada posteriormente com o Banco.

Em entrevista concedida em fevereiro de 2011, o atual presidente da associação e cliente do Programa, destacou a importância da parceria existente entre o Programa e a EBDA. Esta última atua na emissão do principal documento para que as famílias tenham acesso ao crédito, que é a Declaração de Aptidão – DAP, e oferece gratuitamente assistência técnica para as famílias. Na comunidade de Piabas, a assistência técnica não é oferecida apenas para os clientes do Agroamigo, mas para todos os moradores. O entrevistado enfatizou que o apoio da EBDA tem sido fundamental para que os riscos com as atividades financiadas pelo microcrédito sejam minimizados com a assistência técnica, e também para a realização das ações comunitárias, tanto no desenvolvimento das ações dos grupos, quanto na formação dos jovens. Na comunidade de Piabas, cerca de 100 jovens receberam orientações técnicas, através da parceria com a EBDA, que promoveu diversos encontros visando à troca de conhecimentos entre os jovens e profissionais da Empresa por meio de metodologias participativas.⁸

Algumas famílias entrevistadas consideram de fundamental importância a dispensa do aval pessoal para o crédito. Na metodologia do Programa, ele foi substituído pelo aval solidário, através do qual a comunidade se responsabiliza pela aplicação e pagamento do crédito, acompanhando sua aplicação no dia-a-dia, e, se for necessário, deve denunciar para o agente financiador. Segundo os entrevistados, o aval solidário impede má aplicação do crédito e o aumento da inadimplência, o que é negativo para a comunidade, pois, caso o número de inadimplentes na comunidade aumente, novas famílias ficam impedidas de receber o crédito.

Todos os entrevistados se mostraram satisfeitos quanto à metodologia do Agroamigo, que é satisfatória para o desenvolvimento do crédito na comunidade, pois, contribui de forma considerável para as famílias aumentarem sua renda, pela oportunidade do aumento qualitativo da produção, porém, apontaram que o Programa não satisfaz as demandas da comunidade para seu desenvolvimento. Nesse sentido, eles apontam que a formação de grupos comunitários tem como principal objetivo buscar alternativas de melhoria da qualidade de vida dos moradores. Assim, é possível perceber a mobilização em grupos associativos para resolução de problemas comunitários.

4 Conclusão

Percebi-se que, enquanto o número de desempregados aumenta como forte consequência do capitalismo, que tem como características, o aumento do lucro, por via de redução de custos de produção e exploração todos os recursos que aplica no processo de produção, as redes, apresentam uma postura inversa, conforme forem crescendo, também irão incorporando tecnologias, necessitando que as pessoas trabalhem menos, ao invés de provocar o desemprego, possibilitará a redução da jornada de trabalho aumentando o tempo livre para o bem-viver como consta MANCE (1998). Portanto, a separação entre econômico e criação de emprego vai desde a constituição de uma ambiência produtiva, pensada no fortalecimento da cidadania, à constituição de elos de integração da economia solidária com o mercado, no formato de redes, conforme Coelho (2000).

Buscou-se entender a dinâmica do Programa Agroamigo para o desenvolvimento local, acompanhando as experiências de microcrédito no mundo e sua influência para a implantação do PRONAF, mostrou-se também a criação do Agroamigo, pensado como alternativa ao desemprego, na geração de trabalho e renda e formação de novos negócios. Diante do exposto, é possível reafirmar que o Agroamigo, por si só, não atende às demandas do desenvolvimento local, enquanto política pública que favorece o desenvolvimento econômico local, injetando nas comunidades recursos externos, assim, o microcrédito é apontado como alternativa na construção de proposta é que seja desenvolvido por redes de economia solidária, como oportunidade, aliada ao crescimento do desemprego. Entende-se que o microcrédito concedido, juntamente com outras ações, possa vir a cumprir seu papel enquanto transformador da economia local, ou seja, colaborando para a diminuição da desigualdade social e redução da pobreza.

A promoção do desenvolvimento local via redes solidárias busca reorganizar as economias locais, através da realização de um trabalho de educação para o crédito, buscando participação cidadã e fortalecimento dos atores locais. O desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e renda, com uso de metodologias participativas, dando oportunidades iguais a quem se encontra em situações distintas, promove a autogestão e para enfim compartilhar de forma justa a nova riqueza produzida. Essa visão busca a valorização do espaço local, melhoramento no desenvolvimento de atividades geradoras de renda, revelando potencialidades, valorização da cultura.

Os maiores desafios encontrados para realização desse artigo, foram: a tentativa de realizar o levantamento dos dados socioeconômicos das famílias para abordagem comparativa da realidade da família antes e depois do acesso ao crédito, para aquelas que tiveram acesso, pois, são documentos que possuem informações estritamente bancaria, e outro instrumento que poderia ser usado, a DAP, é um documento que por ter validade de seis anos, e o trabalho sendo realizado num período menor, não fornece as informações necessárias para avaliação da realidade, para tanto foi realizado entrevistas com as famílias abordando o nível de satisfação com o microcrédito; pouca bibliografia sobre o tema Agroamigo; as famílias entrevistadas tinham dificuldade em perceber que o objetivo do acompanhamento e realização de entrevista realizada pela autora era para fins de produção do documento e não para o trabalho enquanto assessora

de microcrédito do BNB, tal condição possibilitou a vivenciar teóricas estudadas durante a formação, acesso a comunidade num período satisfatório para interagir e conhecer a realidade das famílias assim como as ações desenvolvidas pelos grupos, porém, por outro lado, conhecer o Agroamigo e a comunidade através do olhar de assessora de microcrédito, tende uma visão em defesa do Programa.

Esse trabalho não tem como objetivo esgotar as discussões em torno das temáticas abordadas o que desabilita dar continuidade as discussões, usando as experiências como base teórica para outros trabalhos. Na construção de um conhecimento para a Universidade, instituições como cooperativas de crédito, bancos comunitários. Tal temática está sendo bastante discutida atualmente, para tanto é preciso pensar nos desafios de formação das redes, participação cidadã na construção de políticas públicas de fortalecimento do desenvolvimento local, nos ideais da economia solidária, no formato de governança, além do acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros, que tem sido tema de destacada importância nos meios acadêmicos e no debate sobre políticas públicas.

6 Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento Rural**. Economia Aplicada, n. 2, v. 4, p. 379-397, abr./jun., São Paulo, 2000.

COELHO, Franklin Dias. **Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização**. Santiago, Chile: CEPAL/GTZ, 2000.

MANCINI, Euclides André. **A revolução das redes**. *Cepat-Infoma*, ano 4, n.46, p.10-19, dez 1998.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2005.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004.

NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. **Experimentando microcrédito: uma análise do impacto do Credamigo sobre acesso a crédito**. Ensaios Econômicos. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Dez. 2005, p.67.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Modulo 2: Estrutura e funcionamento das cooperativas de crédito**. Curso de Gestão de Cooperativas de crédito. São Paulo, 2011.

SILVEIRA, Caio Márcio; BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Desenvolvimento local Integrado e sustentável: enfoque estratégico e construção de indicadores**. *Revista Interface*, n. 1, Rio de Janeiro: Napp/UNICEF, 1999.

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento as comunidades pobres?** Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004.

BRASIL. **Legislação Cooperativista: Lei 5764/71**. 6. ed. OCB. Brasília, 1996.

PARENTE, S. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. 192 p. (Coleção Prazer em Conhecer; v.1).

YUNUS, M., JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Ática, 2001. 343 p.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: www.mda.gov.br. Acessado em: 07 de Fevereiro de 2011.

Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Disponível em: www.bnb.gov.br/agroamigo. Acessado em: 04 de Abril de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em: 01 de junho de 2011, às 22h24min.

Cooperativismo de crédito. Disponível em: www.cooperativismodecredito.com.br/confesol. Acesso em: 19 de junho de 2011, às 15h45min.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo. Orientadora: Professora Ósia Alexandrina Vasconcelos.

² Graduanda em Gestão de Cooperativas na UFRB. (verena.cruz@hotmail.com)

³ As informações obtidas acerca dos grupos comunitários foram obtidas, principalmente através de entrevistas realizadas em maio de 2010 com Marivaldo Dias, 31 anos de idade, agricultor rural, morador da comunidade de Piaba e atual presidente da associação da Associação comunitária, e com o Roque, ex-presidente da associação e morador da comunidade e Angelita Conceição que é a presidente do grupo de Jovens.

⁴ Entrevista realizada em maio de 2010 com a técnica agrícola da EBDA, Solange Buri Sardinha, responsável pela formação dos jovens na comunidade de Piabas.

⁵ Entrevista realizada em maio de 2010 com Angelita da Conceição Silva, tem 24 anos de idade e é moradora da comunidade desde que nasceu, é a atual coordenadora do Grupo de Jovens de Olho no Futuro e membro da Associação Comunitária da Comunidade de Piabas. Participou da primeira turma de capacitação rural para jovens promovida pela EBDA.

⁶ Entrevista realizada no dia 04 junho de 2010, com um líder comunitário Roque que é da associação etc.

⁷ Informação oral obtida através de entrevista realizada no dia 12 de março de 2011, com o gerente da Agência do BNB de Santo Antônio de Jesus com o Sr Gezivaldo Andrade.

⁸ Informação oral obtida por meio de entrevista com a Solange Sardinha, Técnica agrícola da EBDA, no dia 05 de maio de 2011.